

esportes

Aldo quer apito

No primeiro encontro entre Aldo Rebelo e o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, ministro do Esporte sugere parcela de ingressos para índios e beneficiários do programa Bolsa Família

Osterno Parrião

Fábio Fabrini

fabio.fabrini@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA

O Ministério do Esporte quer que a Fifa reserve uma parcela dos ingressos da Copa de 2014 para indígenas e beneficiários do Programa Bolsa Família. O pedido foi feito pelo ministro da pasta, Aldo Rebelo, ao secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, no primeiro encontro entre ambos, ontem, em Brasília.

— Há parcelas da população, como a faixa mais pobre, que numa festa como a da Copa deveria ter uma condição mais favorável para o acesso aos ingressos. Falei também para o secretário-geral sobre as populações indígenas. Teremos jogos na Amazônia e elas não têm como ter acesso — reivindicou o ministro.

Recém empossado no Esporte após a saída de Orlando Silva, Rebelo passou o sábado em Tocantins, na 11ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Questionado sobre como a Fifa atenderia ao pedido, respondeu:

— É um problema dele (Valcke). Apresentei uma demanda, ele que apresente uma solução.

A chamada cota social é uma bandeira da presidente Dilma Rousseff, que já levantara a questão no mês passado com o secretário-geral durante encontro para discutir o projeto da Lei Geral da Copa, em tramitação no Congresso. A conversa não foi suficiente para eliminar pontos de discórdia, como a meia-entrada para estudantes, garantida por leis estaduais, à qual a Fifa resiste.

Primeira fase mais barata

Para se livrar do benefício, o número dois da Fifa propôs ontem, em audiência na Câmara, a criação de uma categoria de ingressos a preços mais acessíveis, válida para brasileiros mais pobres, sejam estudantes ou não. As entradas custariam em torno de US\$ 25 (R\$ 43,74) do segundo ao 48º jogo, ou seja, apenas na primeira fase da competição. Os demais, inclusive a abertura e a final, teriam preços mais altos, mas o dirigente não os informou. O torcedor sem direito a descontos poderá pagar até US\$ 900 (R\$ 1,5 mil) por uma partida.

— A Fifa não gosta dessa meia-entrada — confessou Valcke, acrescentando que o problema não é o impacto financeiro, mas as dificuldades técnicas para operacionalizá-la.

O governo deve deixar de lado o benefício para os estudantes, previsto em leis estaduais, fincando pé somente na meia-entrada para maiores de 60 anos, garantida pelo Estatuto do Idoso. Rebelo disse ontem que, em princípio, vale a posição firmada no projeto da Lei Geral da Copa, que dá à Fifa autonomia para decidir a política de ingressos. Mas ponderou que a posição final dependerá de negociação com os deputados. O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, protestou contra a posição da Fifa:

— É uma boa proposta ter ingressos populares, mas não resolve o problema de desrespeitar leis em voga no país há mais de 20 anos. As perdas da Fifa serão relativamente pequenas com a meia. Vale o preço da nossa soberania?

Valcke chegou a Brasília na segunda-feira com o presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Eles jantaram com Rebelo e o relator do projeto da Lei Geral da Copa, Vicente Cândido (PT-SP). Na manhã de ontem, os dirigentes participaram de tensa audiência na Câmara, marcada por críticas de deputados contra o que chamam de excesso de concessões à Fifa.

— O Brasil não pode se encolher às imposições de uma entidade internacional e seus sócios nacionais. Es-



O Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, é homenageado por indígenas durante abertura dos XI Jogos dos Povos Indígenas, que acontecem na Ilha de Porto Real, no Tocantins

Ueslei Marcelino/ Reuters



JÉRÔME VALCKE (à esquerda) participa de entrevista com o presidente da Câmara, Marco Maia, e o ministro Aldo Rebelo

tão transformando o país num protetorado. Então, é regime de exceção — bradou Ivan Valente (PSOL-SP).

Fustigado de críticas, Valcke reclamou, veladamente, da insistência dos parlamentares em rever pontos acordados com o Brasil em 2007.

— Não foi a Fifa que pediu, o Brasil é que se ofereceu para organizar a Copa — desabafou, acrescentando que as exigências são as mesmas feitas à Alemanha e África do Sul.

O ex-jogador e agora deputado Romário (PSB-RJ) chegou a sugerir que Teixeira renuncie ao cargo de presidente da CBF e do Comitê Organizador Local (COL), caso se comprove que recebeu propina em caso investigado na Suíça, denunciado pelo jornalista escocês Andrew Jennings.

— O senhor recebeu propina? Se o seu nome aparecer no processo, o senhor renunciará à presidência da CBF e do comitê organizador? — perguntou o parlamentar.

A Valcke, Romário questionou:

— O que o senhor acha de ter como intermediário do governo brasileiro alguém com tantas suspeitas? O senhor acredita que a Fifa pode acreditar em pessoas como o

presidente Ricardo Teixeira?

Romário também citou suposta carta do presidente da Fifa, Joseph Blatter, na qual chamaria Valcke de chantagista. Os dois dirigentes não quiseram responder. Teixeira disse que move ação contra Jennings.

Da Câmara, Valcke e Teixeira seguiram para a casa do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), onde os esperava para uma feijoada um círculo mais amistoso. Além de Rebelo, deputados e senadores da base aliada, estavam lá os ministros Fernando Pimentel (Desenvolvimento), Ideli Salvatti (Relações Institucionais), Gastão Vieira (Turismo) e Mario Negromonte (Cidades).

O secretário-geral demonstrou preocupação com o cronograma de obras para o Mundial. A maioria das intervenções em aeroportos, portos e na infraestrutura das cidades-sede ainda não saiu do papel, conforme balanço do próprio governo.

— Estamos atrasados, não podemos perder mais nem um dia — afirmou, reiterando a necessidade de melhorar a mobilidade dos torcedores: — É um pesadelo viajar em São Paulo, e sei que no Rio é a mesma coi-

sa. Uma das soluções seria melhorar o transporte público e assegurar que as pessoas o utilizem; que as escolas sejam fechadas e as crianças entrem em férias no período da Copa.

O secretário-geral da Fifa disse que será criado um perímetro exclusivo para a venda de produtos ao redor dos estádios, mas que pequenos comerciantes poderão trabalhar e lucrar com o evento. As restrições seriam para grandes marcas.

— Os investimentos são feitos por parceiros, por isso temos de protegê-los — justificou Valcke.

Questionado sobre o preço médio de um estádio para a Copa, ele explicou que, embora a Fifa exija determinado padrão, não há referência, pois o valor varia conforme as soluções arquitetônicas adotadas:

— Nossos pedidos são quanto ao número de cadeiras, a distância entre elas, acessos de segurança, entre outros. Vocês podem fazer estádios de 100 milhões ou um bilhão.

Há a possibilidade, segundo ele, de campanhas na Copa, como pelo desarmamento. Um dia do evento pode ser reservado para as ações. Caberia ao governo definir o tema. ■

Governo faz cara feia mas deve engolir cerveja da Fifa

● BRASÍLIA. O governo brasileiro está inclinado a ceder à Fifa e permitir a venda de bebidas alcoólicas em estádios durante a Copa do Mundo de 2014. A concessão viria com algum condicionante de pequeno impacto, como proibir a comercialização apenas nos minutos finais das partidas, quando os torcedores estão prestes a deixar os estádios.

O consumo de álcool em eventos esportivos é vedado por legislações estaduais. O Estatuto do Torcedor, uma lei nacional, diz que é proibido o "ingresso de pessoa com bebidas e substâncias que possam causar a prática de atos de violência." Contudo, a Fifa tem entre seus principais patrocinadores uma empresa de cerveja e insiste na liberação para garantir visibilidade e pontos de venda exclusivos ao parceiro.

Em audiência na Câmara, ontem, o secretário-geral da entidade, Jérôme Valcke, sustentou que a venda não causa incidentes graves, desde que seja feita com regras.

— É verdade que limitar o álcool reduz muito os atos de violência. Mas, na Alemanha e na África do Sul, a venda controlada nunca provocou problemas. Temos esse acordo com a Budweiser. A bebida não pode ser distribuída em garrafas, mas copos de plástico — exemplificou.

Valcke explicou que a Rússia, cuja legislação considera mais rigorosa que a do Brasil, entendeu que a Copa é um evento privado e, por sua condição especial, liberou o consumo nos estádios em 2018.

— A Fifa não está aqui para embebedar as pessoas, mas vocês vão ter dificuldade de me provar que o álcool causou algum tipo de detrimento na Copa — desafiou. ■